

Sessão do CO em 27/8 debateu cenário de retorno às atividades presenciais e situação financeira

Revogação de decisão do CADE foi polêmica

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um apanhado sobre as discussões e encaminhamentos da sessão do Conselho Universitário (CO), de 27/8/2020, realizada virtualmente por meio do *Google Meet*. Entre os itens que constavam na pauta, destaque para os relacionados à pandemia de Covid-19, à situação financeira da Universidade e à revisão de uma deliberação anteriormente aprovada pelo CADE, ponto que rendeu muita polêmica. Confira a seguir:

Pandemia e Universidade

Assim como tem feito nas últimas reuniões dos colegiados centrais, a presidente do Comitê Unesp Covid-19, a médica Ludmila Cândida de Braga, deu informes sobre o tema. Ela citou os números da pandemia, ainda muito preocupantes no país e no estado. Também abordou o trabalho de preparação para a retomada do trabalho e das aulas presenciais, a partir do plano de faseamento discutido pelo Comitê (veja na imagem abaixo o resumo das fases).

Ao final da exposição, como de praxe, houve espaço para somente três perguntas, o que levou muitos conselheiros a fazer questionamentos no *chat*, inclusive cobrando a realização de uma sessão extraordinária do CO para discutir tudo o que se relaciona com a pandemia, em especial o retorno às atividades presenciais. A Dra. Ludmila comprometeu-se a enviar a apresentação aos conselheiros e, também, responder às indagações feitas pelo *chat*.



CO - Conselho Universitário da Unesp

ÁREA	ETAPA PREPARATORIA	ETAPA 1	ETAPA 2	ETAPA 3	ETAPA 4
Administrativo	100%	100%	100%	100%	100%
Docência	100%	100%	100%	100%	100%
Psicopedagógico	100%	100%	100%	100%	100%
Financeiro	100%	100%	100%	100%	100%
Estado	100%	100%	100%	100%	100%

Tela exibida durante explanação de dados do Comitê Unesp Covid-19

Membros do Chapão Sintunesp/Associações externaram preocupação quanto ao retorno às atividades presenciais. Eles citaram, por exemplo, uma situação que vem ocorrendo em várias cidades: consultados pelas escolas do ensino infantil e básico (fundamental e médio), a maioria dos pais tem se posicionado contra a ideia de enviar seus filhos mesmo que as aulas retornem presencialmente, pois estão temerosos de expô-los. Isso é um elemento a mais para pensar, considerando o caso dos servidores da Unesp que têm filhos em idade escolar e não terão onde deixá-los.

Os conselheiros também fizeram alguns questionamentos sobre o faseamento: Será que estamos preparados para o retorno? Não seria prudente retornar às atividades presenciais somente após termos uma vacina, uma vez que esse faseamento está em consonância com o Plano SP, mas nossas características são diferentes do estado? Como ficaria o caso de uma cidade que esteja numa região de fase amarela, por exemplo, de acordo com o Plano SP, mas em laranja por conta de decreto municipal?

Eles também questionaram sobre os limites da autonomia do Comitê Unesp Covid-19, pois sabemos que algumas unidades estão convocando servidores para a realização de serviços não essenciais, em contradição com o previsto em decretos e normas vigentes. Um exemplo é o caso de Presidente Prudente, que acabou levando o Sintunesp a ajuizar uma ação civil pública para questionar a convocação de servidores para trabalhos não essenciais, após a recusa da direção local em dialogar. Para o Sindicato, independente de qualquer consideração, fica claro que pintar paredes, cortar grama e arrumar cercas não é essencial em lugar nenhum.

Em resposta aos questionamentos, a Dra. Ludmila respondeu que o plano de faseamento da Unesp está em consonância com o Plano SP, mas disse que há uma customização/adaptação de acordo com as características da nossa Universidade. Em relação à autonomia do Comitê Unesp Covid-19, ela explicou que é restrita ao acompanhamento da situação epidemiológica e à construção do plano de contingência/faseamento, conforme consta na própria portaria de sua criação; ou seja, cada unidade tem autonomia para definir ações e medidas, bem como definir o que é essencial ou não, desde que dentro dos parâmetros gerais do Comitê central. Sobre a situação em que



a fase do município não está em consonância com a fase do Plano SP, a médica considera ser necessário um olhar particular a cada caso.

Ainda neste ponto, o reitor, professor Sandro Valentini, destacou o fato de que a reitoria já retornou presencialmente com 20% dos servidores e que todos estão sendo sistematicamente testados, utilizando um método desenvolvido por docentes de Botucatu. Diante dessa informação, conselheiros do Chapão perguntaram se não é possível estender esta testagem para todas as unidades da Unesp quando do retorno às atividades presenciais. Não houve resposta a esta indagação.

Situação financeira e garantia de direitos

O professor José Roberto Ruggiero, Assessor-chefe de Planejamento e Orçamento, fez uma breve explanação do boletim econômico atual, contendo a situação orçamentária e financeira da Unesp, especialmente em relação à queda de arrecadação acarretada pela pandemia. Para ele, o quadro ainda é preocupante, porém, houve uma melhora nos repasses financeiros para a Universidade nos meses de julho e agosto, o que foi uma grata surpresa. O “fundo do poço”, segundo ele, parece ter sido maio. A previsão, até o momento, é que a Unesp tenha uma queda de R\$ 280 milhões no orçamento de 2020. A expectativa da equipe econômica da Propeg é que esse número diminua a partir de alguma melhora no cenário econômico no segundo semestre.

Ao final da exposição, foi aberto espaço para três perguntas. A novidade nesta sessão do CO foi a fala do presidente da Comissão de Orçamento, professor Cláudio Paiva. Ele ponderou que foi acertada a indicação da Comissão, que não quis fazer a revisão do orçamento de 2020 antes que algumas questões centrais estejam claras: a profundidade da crise, a sua duração e os resultados da negociação com o governo sobre possíveis compensações às universidades, de acordo com os repasses que o estado de SP vem recebendo da União. Paiva reforçou a análise de que, se feita num momento de incertezas, como o mês de maio, um ajuste orçamentário poderia focar em propostas “agressivas”, contra os direitos dos servidores, em particular o vale-alimentação, subsídios do Unesp saúde etc. “A força dos argumentos em favor de cortes dessa natureza reduz bastante quando o cenário se apresenta um pouco mais virtuoso, embora ainda muito incerto”, disse Paiva.

Membros do Chapão Sintunesp/Associações e do Chapão da Adunesp reforçaram apoio às indicações da Comissão de Orçamento, de só debater ajustes no orçamento de 2020 quando houver uma definição se o governo do estado fará algum aporte às universidades.

Os principais questionamentos ao professor Ruggiero se deram em torno à garantia de pagamento do 13º salário, visto que a Universidade tem uma reserva de cerca de 240 milhões. Haveria um “Plano B” para o pagamento do 13º salário? Uma das respostas do professor Ruggiero foi de que, considerando que a arrecadação até o final do ano seja suficiente para arcar com os compromissos, o dinheiro seria utilizado para:

- 1) Quitar os pagamentos relacionados à suspensão de férias e recolhimentos de impostos sobre a folha (cerca de 40 milhões);
- 2) Pagar o 13º de todos os servidores (cerca de 150 milhões).

Nestes dois itens, já estariam esgotadas as reservas. Além disso, segundo Ruggiero, ainda teríamos a folha de de-

zembro, cerca de 180 milhões, para pagar no início de janeiro. Nesse ponto, conselheiros do Chapão questionaram: “Se a arrecadação de julho pagou a folha de julho no 4º dia útil de agosto, assim como a arrecadação de agosto vai pagar a folha de agosto no 4º dia útil de setembro, por que a arrecadação de dezembro nunca paga a folha de dezembro no 4º dia útil de janeiro?” Esses questionamentos não foram respondidos.

Em relação à fala do reitor, de que o governo vai “honrar o pagamento do 13º salário de todos os servidores do estado”, membros do Chapão lembraram que fica difícil confiar na palavra do governador, ainda mais sabendo que ele recém enviou à Assembleia Legislativa (Alesp) um novo pacote de maldades, o PL 529, que propõe confiscar o “superávit” das autarquias, como é o caso das universidades.

Revisão de deliberação do CADE sobre Colégios Técnicos

Apesar de ter sido debatido e votado no CADE, em sua sessão de 12/8/2020, o ponto de pauta *Minuta de portaria que dispõe sobre a criação da estrutura e competências para o exercício da Supervisão Delegada na Unesp, junto aos Colégios Técnicos* voltou à discussão na presente sessão do CO.

A minuta prevê a “criação de uma estrutura para o exercício da Supervisão Delegada, com a finalidade de acompanhar e de assessorar as atividades executadas no âmbito dos Colégios Técnicos, prover os aportes técnicos, administrativos, metodológico e pedagógico nos cursos de educação básica e de educação profissional técnica de nível médio existentes na Unesp”. Para isso, foi proposta a criação da figura do Dirigente de Ensino na Unesp e, para cada um dos colégios técnicos da Universidade – Bauru, Jaboticabal e Guaratinguetá – o posto de Supervisor de Ensino. Após ampla discussão, os representantes do Chapão Sintunesp/Associações no CADE apoiaram, em 12/8, os seguintes destaques, que foram aprovados:

- Eleição direta pela comunidade dos colégios técnicos para a indicação de Dirigente de Ensino e Supervisores de Ensino (e não por indicação do reitor e do diretor local, respectivamente, como previsto na minuta). Os candidatos devem ser oriundos dos próprios colégios.

- Mandato de quatro anos, sem direito à recondução (estava prevista a recondução na minuta).

- Criação das figuras de vice Dirigente de Ensino e vice Supervisor de Ensino, para substituir os titulares nos impedimentos legais.

No entanto, a matéria voltou ao CO, com alterações posteriores à aprovação no CADE, a partir de indicativos feitos por um parecer da Assessoria Jurídica (AJ) da Unesp. Após extensa discussão, membros do Chapão Sintunesp e do Chapão Adunesp pleitearam que o ponto retornasse ao CADE, uma vez que o parecer da AJ era um fato novo e posterior às decisões tomadas. No entanto, a proposta não foi acatada pela mesa, que colocou em votação os indicativos da AJ que, se aprovados, derrubariam as emendas aprovadas pelo CADE e fariam retornar o que estava previsto na proposta original. A votação registrou 52 votos a favor dos indicativos da AJ, 22 contrários e 2 abstenções. Ou seja, foram revogadas as decisões aprovadas no CADE, o que foi considerado antidemocrático e arbitrário pelos membros do Chapão.

Outros pontos discutidos na sessão do CO em 27/8

Prorrogação do tempo de fala

Por proposta de membros do Chapão Sintunesp, o tempo de fala dos membros foi estendida em 30 minutos. Sem isso, quase não haveria tempo para a fala dos conselheiros, uma vez que reitor, vice-reitor e pró-reitores consomem quase todo o tempo do Expediente. A proposta foi aprovada por ampla maioria dos presentes.

Regras nas reuniões virtuais

Membros do Chapão Sintunesp apoiaram a proposta feita por um docente, integrante do Chapão Adunesp, de rever algumas regras para a realização das reuniões por Google Meet, de modo a democratizar e ampliar a participação de todos. A proposta foi aprovada pela maioria e entrará em pauta na próxima sessão do CO.

Recursos contra rebaixamento de docentes

A sessão do CO tinha em pauta o recurso de um docente do campus de Jaboticabal, que havia sido rebaixado de regime pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), o que representaria uma brutal redução em seus salários. Defendido por vários conselheiros, inclusive diretores (de seu campus e de outros), que apontaram a injustiça da medida frente ao trabalho desenvolvido pelo professor em cerca de três décadas de trabalho na Unesp, o recurso foi acatado e o rebaixamento cancelado.

O caso de um outro docente na mesma situação, do campus de Franca, também foi discutido, embora seu recurso não estivesse ainda na pauta. Ocorre que ele havia solicitado um efeito suspensivo do rebaixamento, até que o recurso seja avaliado pelo CO, de modo a evitar a redução salarial até que o caso esteja definitivamente decidido. O diretor do campus de Franca, professor Murilo Gaspar do, defendeu a concessão do efeito suspensivo, justificando o pedido com argumentação jurídica e, também, por conta da gravidade de impor uma perda salarial tão drástica em meio à pandemia. Absolutamente intransigente, o reitor usou suas prerrogativas para negar o efeito suspensivo, o que gerou críticas de vários conselheiros, mas foi aprovado que o item será ponto de pauta na próxima reunião.

Moção contra o PL 529

Por indicação do Fórum de Diretores, foi aprovada uma “Moção de apelo” contra o PL 529/2020.

Geoportal Unesp

Foi apresentado o projeto de criação do *Geoportal da Unesp*, para gestão do patrimônio imobiliário da Universidade.

Carreira de pesquisador

Foi aprovada a “*Minuta de resolução que dispõe sobre a carreira de Pesquisador na Unesp.*” O tema voltará na próxima reunião para debate e votação de alguns destaques, que serão encaminhados à Secretaria Geral pelos proponentes.

Item 5

A “*Transferência da sede do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), Cursos de Mestrado e de Doutorado Acadêmicos, da Faculdade de Filosofia e Ciências do campus de Marília para o Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)*”, foi aprovada por 70 votos a favor, um contrário e cinco abstenções.

Item 6

A “*Proposta de resolução para transformar o Programa de Pós-graduação em Educação Física, Curso de Mestrado Profissional (ProEF), interinstitucional em rede nacional, em programa interinstituições entre a Faculdade de Ciências e Tecnologia do campus de Presidente Prudente, a Faculdade de Ciências do campus de Bauru e o Instituto de Biociências do campus de Rio Claro*” foi aprovada por 61 favoráveis, 9 contrários e 7 abstenções.

Alterações no Regimento do CO

Na palavra dos membros, representantes do Chapão Sintunesp/Associações deram informes sobre os trabalhos da comissão de revisão e atualização do regimento do CO. O conselheiro Ademir Machado dos Santos, integrante da comissão, informou que os trabalhos estão em sua fase final e o relatório será apresentado na próxima reunião do CO.